



## ***Município de Palmela***

### **CÂMARA MUNICIPAL**

#### **ACTA N.º 07/2009:**

#### **ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25 DE MARÇO DE 2009:**

No dia vinte e cinco de Março de dois mil e nove, pelas quinze horas e vinte minutos, no edifício dos Paços do Concelho e respectiva Sala das Sessões, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência de Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, presidente, encontrando-se presentes os vereadores Adília Maria Prates Candeias, José Justiniano Taboada Braz Pinto, Octávio Joaquim Coelho Machado, José Manuel Conceição Charneira, Adilo Oliveira Costa e José Carlos Matias de Sousa.

#### **ORDEM DO DIA**

**PONTO 1** – Prestação de Contas 2008

**PONTO 2** – Relatório e Contas de 2008 – Palmela Desporto, E.M..

A **Sr.<sup>a</sup> Presidente** cumprimenta o executivo Camarário, jornalistas, dirigentes e trabalhadores presentes.

Refere que esta reunião não tem o Período Antes da Ordem do Dia, nem o Período destinado ao Público por ser extraordinária, facto pelo qual vai imediatamente dar início à Ordem do Dia.

## **I – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

Pela **Sr.ª presidente** foi apresentada a seguinte proposta:

### **PONTO 1 – Prestação de Contas 2008.**

#### **PROPOSTA N.º 1/DAF/07-2009:**

«A apresentação da “Prestação de Contas”, documento constituído por um conjunto de mapas de natureza orçamental e financeira e pelo relatório de gestão, é o momento privilegiado para apreciar e justificar os resultados da execução do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, aprovados no início do ano.

Da análise aos documentos da prestação de contas constata-se que, de um modo geral, o ano de 2008, se caracteriza por apresentar taxas de execução superiores às registadas nos últimos anos. O quadro seguinte apresenta a evolução da receita e da despesa global com taxas de crescimento de 19,1% e 14,6%, respectivamente. A taxa de execução foi de 100,2% na receita e de 91,4% na despesa.

Unid: milhões de €

	2006	2007	2008		Variação 08/07	Taxa Execução 08/07
			Previsto	Realizado		
Total de Receitas	39,7	40,7	48,4	48,5	19,1%	100,2%
Saldo transitado ano anterior	3,2	1,2	-	1,8	52,5%	-
<b>Total Disponibilidades</b>	<b>42,9</b>	<b>41,9</b>	<b>48,4</b>	<b>50,3</b>	<b>20,0%</b>	<b>4,1%</b>
<b>Total da Despesa</b>	<b>41,7</b>	<b>40,0</b>	<b>50,2</b>	<b>45,9</b>	<b>14,6%</b>	<b>91,4%</b>

#### 1. No capítulo da Receita

Da análise ao comportamento da receita, podemos retirar as seguintes linhas gerais:

- As disponibilidades financeiras totalizaram 50,3 milhões de euros, mais 20,0% que as registadas em 2007;
- O orçamento final previa um total de receita de 48,4 milhões de euros. Foram arrecadados 48,5 milhões de euros, correspondendo a uma taxa de execução de 100,2%;
- Relativamente ao executado em 2007, a receita teve um acréscimo de 7,8 milhões de euros, dos quais 3,9 milhões provenientes da utilização de empréstimos bancários, 2

milhões de Impostos Directos, 1,6 milhões de euros de Impostos Indirectos e 800,00 mil euros de venda de bens e serviços;

- Os Impostos Directos no seu conjunto apresentam um aumento de 10,5%, sendo o Impostos Único de Circulação o único imposto a ter sofrido um ligeiro decréscimo (- 0,5%) comparativamente ao ano de 2007. O IMI com um valor transferido para o município de cerca de 8,7 milhões de euros assume-se como a mais importante receita no conjunto dos impostos directos;

- Os Impostos Indirectos tiveram um acréscimo de 34,9%, cerca de 1,6 milhões de euros, essencialmente resultante de loteamentos e obras;

- Na estrutura da receita, o peso dos Impostos Directos é de 43,5% e apresentou um decréscimo face aos anos anteriores;

- Os Impostos Indirectos representam 12,8% do total da receita. O seu peso cresceu comparativamente a 2007;

- A utilização de empréstimos bancários teve um peso de 8,1% no total da receita;

- O valor transferido do Orçamento de Estado, ao abrigo da Lei das Finanças Locais, diminuiu 3,3%. No total da receita, o valor das transferências que representava 19,9% no ano de 2007, passou a 16,2% no ano de 2008. As transferências do Orçamento de Estado proporcionaram em 2008, uma cobertura da despesa em 17,1%, tendo essa cobertura sido de 20,3% em 2007.

## 2. No capítulo da Despesa

O total das disponibilidades de 2008, foi afecto do seguinte modo:

Unid: milhões euro

<b>Afectação da Despesa</b>	<b>2007 Valor</b>	<b>2007 Peso</b>	<b>2008 Valor</b>	<b>2008 Peso</b>
Grandes Opções do Plano	18,4	45,9%	23,0	50,2%
Despesas com Pessoal	17,5	43,6%	18,3	39,9%
Outras Despesas	4,1	10,5%	4,6	9,9%
TOTAL	40,0	100,0%	45,9	100,0%

- A despesa paga em 2008, foi de 45,9 milhões de euros, correspondendo a uma taxa de execução de 91,4% face à despesa orçamentada no final do ano.

- Do total de pagamentos efectuados, 50,2% foram imputados directamente às Grandes Opções do Plano, 39,9% destinaram-se ao pagamento de despesas de pessoal e 9,9% a despesas não imputadas directamente às Grandes Opções do Plano;
- Comparativamente ao ano de 2007, a despesa aumentou 14,6% tendo sido a rubrica de Investimentos a que apresentou um maior acréscimo (+ 72%) e um valor absoluto de mais 3,7 milhões de euros. A taxa de concretização financeira dos investimentos foi de 78,2%;
- As despesas com pessoal tiveram um crescimento de 4,9%, mas o seu peso no total da despesa desceu de 43,6% em 2007, para 39,9% no ano de 2008;
- Foram afectas ao pagamento das despesas com pessoal 43,2% das receitas correntes arrecadadas, tendo este valor sido de 45,6% no ano de 2007;
- A aquisição de bens e serviços teve um acréscimo de 13,8% e o seu peso na estrutura da despesa baixou de 29,1% para 28,9%;
- Os encargos correntes da dívida diminuíram 2,9% comparativamente a 2007, consequência do capital em dívida ter diminuído;
- Os limites à contracção de despesa impostos às autarquias foram cumpridos, tanto ao nível do equilíbrio orçamental, como das despesas com pessoal. As despesas correntes foram totalmente financiadas com recurso a receitas correntes, gerando ainda uma poupança corrente de cerca de 6,9 milhões de euros, canalizada para financiamento de despesas de capital. As despesas com pessoal foram inferiores aos limites estipulados legalmente, situando-se em 47,8% das receitas correntes de 2007.

### 3. Grandes Opções do Plano:

- As Grandes Opções do Plano aprovadas para o ano económico de 2008, apresentavam um valor de 26,1 milhões de euros com financiamento assegurado. Ao longo do ano foram as mesmas sujeitas a alterações e a duas revisões, passando o valor final para 26,5 milhões de euros;
- No final do ano o valor pago foi de 23 milhões de euros correspondendo a uma taxa de execução financeira de 86,7%;
- Do total de recursos afectos às GOP, 60,5% (13,9 milhões de euros) foram canalizados para as Funções Sociais, com relevância na Educação e Saneamento que absorveram cerca de 31% do total. As Funções Económicas consumiram 19,1% (4,4 milhões de euros) dos recursos, as Funções Gerais 11,8% (2,7 milhões de euros) e as Outras Funções 8,6% (2 milhões de euros);

Nos termos da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro (LFL), é apresentado o Balanço e a Demonstração de Resultados consolidado com a Palmela Desporto, EM.

Assim, **propõe-se** que:

1. Nos termos do ponto 2.7.3. do Decreto-Lei 54–A/99, de 22 de Fevereiro, os resultados líquidos obtidos no exercício económico, sejam transferidos para “Resultados Transitados”.
2. Nos termos da alínea e) do n.º 2, do art.º 64.º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/02, de 11 de Janeiro, a aprovação do documento de Prestação de Contas do Município, relativo ao ano económico de 2008.»

**Em seguida, a Sr.ª presidente faz a leitura da *Introdução à Prestação de Contas 2008* que se transcreve na íntegra:**

*“O ano de 2008 é caracterizado pela conclusão de um conjunto significativo de investimentos e o arranque de várias empreitadas cuja concretização encerra um ciclo de compromissos para o presente mandato. Foi um período de actividade muito intensa, com um grande esforço de rentabilização dos recursos humanos e financeiros, no sentido de garantir a execução do Plano de Actividades aprovado.*

*No domínio da Educação, os investimentos concretizados de acordo com a Carta Educativa do Concelho, constituíram um passo significativo para reforçar a qualidade da oferta dos equipamentos para o primeiro ciclo do ensino básico e o pré-escolar e confirmaram a prioridade que temos dado a esta área de investimentos.*

*Em 2008, foram iniciados os processos de construção das escolas EB1/JI de Pinhal Novo 2 (Salgueiro Maia) e EB1 de Poceirão, co-financiadas por fundos comunitários. A aprovação de uma outra candidatura permitiu antecipar a construção do Centro Escolar de Val’Flores (primeiro ciclo e pré-escolar), que entrará em funcionamento este ano e será o maior estabelecimento de ensino do concelho. Este conjunto de escolas constitui o maior investimento realizado no nosso território em matéria de Educação, num total de sete milhões de euros.*

*Ainda este ano, entraram em funcionamento, remodeladas e ampliadas, as escolas EB1/JI de Cajados, a EB1 do Bairro Alentejano e a EB1 de Brejos do Assa.*

*Investimento significativo foi também o concretizado no plano das infraestruturas, sobretudo no capítulo do saneamento básico (quer directamente, quer através da Simarsul) e na pavimentação de vias municipais.*

*Foram concretizadas ou iniciadas importantes obras de ampliação das redes de saneamento e drenagem (cerca de duas dezenas), das quais merecem particular*

*destaque, quer pelo montante do investimento, quer pelo reflexo no quotidiano dos munícipes abrangidos, as de Brejos do Assa, Fernando Pó e Fonte Barreira, Rua 5 de Outubro (Quinta do Anjo) e Quinta das Flores. Ainda que de menor dimensão, são de referir as empreitadas de saneamento nas Rua da Liberdade (Venda do Alcaide), Bairro Lencastre (Pinhal Novo), Rua do Aviário (Lagoinha).*

*No que concerne ao espaço público, foram também concluídas empreitadas de qualificação de que é expressão máxima o arranjo de espaços exteriores da Quinta da Cerca e Largo de S. João, um investimento que constitui uma solução para o espaço nobre da Vila de Palmela, capaz de conciliar usos diversos para as diferentes gerações que o utilizam e mantendo-se como coração da Festa das Vindimas.*

*A reabilitação do Centro Histórico da Vila de Palmela deu passos importantes no sentido de encontrar uma solução de conjunto para a sua revitalização e requalificação. De facto, a Câmara tem-se confrontado com a dificuldade de não conseguir envolver os proprietários e comerciantes do Centro Histórico em projectos de reabilitação, por razões várias, entre as quais se reconhece, obviamente, as suas limitações financeiras face às grandes necessidades de intervenção.*

*Este ano, a Câmara Municipal aprovou um Programa de Financiamento Municipal a Obras de Conservação, que apoia a recuperação e melhoria das condições de habitabilidade dos edifícios e preparou, com um conjunto de 15 entidades, a apresentação de uma candidatura ao QREN que prevê um investimento de 7,5 milhões de euros.*

*Ao longo do ano, a Câmara abriu uma nova frente de trabalho, na sequência da confirmação de um conjunto de investimentos públicos e privados na nossa região – Plataforma Logística, Novo Aeroporto de Lisboa, TGV e Terceira Travessia do Tejo. A intervenção municipal foi orientada no sentido de garantir que estes investimentos constituem oportunidades de valorizar e potenciar os nossos recursos e a nossa localização estratégica.*

*Esta nova realidade terá, naturalmente, repercussões na revisão do Plano Director Municipal em curso que, ao longo deste ano, suscitou a realização de um conjunto de iniciativas de reflexão interna e com a comunidade, com a participação de especialistas nacionais, nos domínios do ordenamento do território, do ambiente, e da economia.*

*A Câmara Municipal manteve – e continuará a manter – uma ligação estreita com a Administração Central e as entidades envolvidas nestes novos investimentos, no sentido de os acompanhar no que se refere aos aspectos que exigem intervenção municipal. Por outro lado, foram desenvolvidas várias diligências para assegurar mais e melhores acessibilidades, indispensáveis à circulação com segurança, facilitando a ligação entre os*

*espaços onde se localizam estes novos investimentos e os principais eixos rodoviários nacionais que atravessam o concelho de Palmela.*

*A construção da via alternativa à Estrada Nacional 252, um dos investimentos que a Câmara Municipal tem reivindicado como absolutamente estratégico para a qualidade de vida, a segurança rodoviária e o ordenamento nas freguesias de Pinhal Novo e Palmela, conhecerá, por força da nossa intervenção neste contexto, um avanço relevante.*

*No âmbito desta disponibilidade para encontrar soluções conjuntas de investimento com a Administração Central que garantam maior segurança aos cidadãos, sublinha-se também a celebração do protocolo com o Ministério da Administração Interna para a construção do novo quartel do Destacamento Territorial de Palmela da Guarda Nacional Republicana, na sequência da compra e cedência do terreno para o efeito.*

*No domínio da Segurança e Protecção Civil, entrou em funcionamento o Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal da Arrábida e foi aprovado pela Autoridade Florestal Nacional o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Palmela, Setúbal e Sesimbra, um instrumento fundamental nas acções de prevenção e combate aos fogos florestais que vem reforçar o trabalho desenvolvido neste domínio.*

*Foi também possível, em 2008, o início da construção do novo quartel dos Bombeiros Voluntários de Águas de Moura, co-financiado pela Câmara Municipal, a Autoridade Nacional de Protecção Civil e a Associação de Bombeiros Voluntários de Águas de Moura.*

*Sendo também um dos objectivos deste mandato a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos munícipes, registámos a abertura de novos espaços de Atendimento Municipal integrado em Palmela e Pinhal Novo que, em conjunto com serviço já instalado em Quinta do Anjo, vem iniciar um novo modelo de serviço, num horário alargado e com a redução substancial dos tempos de espera.*

*A actividade cultural continuou a ter uma grande expressão no concelho, com o aprofundamento das parcerias entre o Município e os agentes culturais do concelho que permitiram a concretização de centenas de acções nas cinco freguesias e o envolvimento da comunidade num largo conjunto de iniciativas que fazem já parte do nosso calendário, como são as Janeiras, a Queima dos Judas, as festas populares de várias localidades, o Festival Internacional de Artes de Rua ou os meses consagrados, entre outros, à Música, ao Teatro ou à Dança. É de relevar a importância crescente de equipamentos culturais como o Centro Cultural de Poceirão, o Auditório de Pinhal Novo, o Cine Teatro S. João ou as sedes das colectividades do nosso concelho na dinamização e diversificação da actividade cultural.*

*Nesse domínio, foi particularmente importante a realização do Fórum Cultura, que permitiu concertar estratégias para o desenvolvimento e a acção cultural concelhia entre a Câmara e os agentes culturais locais.*

*O Turismo e Desenvolvimento Local conheceu este ano novos desenvolvimentos, com a sua actividade centrada na promoção dos produtos locais, como é o caso do queijo e do vinho, e o apoio ao comércio tradicional.*

*A notoriedade crescente dos vinhos de Palmela e o dinamismo que a parceria com os vitivicultores da região tem assumido esteve na origem da apresentação da candidatura do Município de Palmela a Cidade do Vinho 2009, distinção aprovada, por unanimidade, pela Associação Portuguesa dos Municípios com Vinho.*

*Quanto ao desenvolvimento da economia local, foi garantido um apoio mais personalizado e desenvolvidas iniciativas de promoção do comércio tradicional, nomeadamente, a campanha de Natal, com a edição de um guia de compras.*

*Neste domínio, destaque ainda para a construção do Complexo de Serviços de Pinhal Novo, que inclui o Mercado Municipal e acolherá também a Loja dos CTT e um espaço destinado à Juventude.*

*A Câmara Municipal desenvolveu também, ao longo deste ano, um conjunto de acções em matéria de poupança de energia e defesa do ambiente e iniciou, nesse âmbito, o processo de adesão ao Pacto dos Autarcas, uma iniciativa da União Europeia dirigida aos municípios e cidades dos Estados-membros, com o objectivo de reduzir as emissões de CO2.*

*No âmbito da política de estímulo à participação da população na gestão pública, a Câmara promoveu 15 sessões no âmbito do Orçamento Participativo e de Prestação de Contas, nos principais núcleos urbanos das cinco freguesias, onde foi possível recolher um significativo contributo para a melhoria do trabalho municipal. Esta prática fica também expressa na realização das Semanas das Freguesias e do II Encontro Nacional sobre Orçamento Participativo e Democracia Local, que reuniu autarcas, investigadores, técnicos e agentes locais no debate sobre as formas de participação das pessoas na vida local.*

*Estas são algumas das acções mais relevantes da actividade que contou com o empenho, a criatividade e o esforço do conjunto de trabalhadores da Câmara Municipal, a quem é devido, num período económico e social particularmente difícil, um reconhecimento especial.”*

**Sobre a proposta de Prestação de Contas 2008 numerada 1/DAF/07-2009 intervieram:**



O **Sr. vereador José Braz Pinto** saúda a Sr.<sup>a</sup> presidente, Srs. vereadores, técnicos da Câmara Municipal, jornalistas e munícipes.

O **Sr. vereador José Braz Pinto** procede à leitura da sua intervenção, a qual se transcreve em seguida:

*“Estamos perante a última Prestação de Contas deste mandato. Por força dos calendários eleitorais quando se inicia um mandato assiste-se a uma análise sem conhecimento dos antecedentes e quando finda o mandato nem se sabe qual a realidade entre um Orçamento e o executado nesse ano. De outras Prestações de Contas deste mandato verifica-se aquilo que é habitual na política portuguesa, e que nem por isso deixa de ser criticável, são os ciclos de actividade autárquica coincidentes com os ciclos eleitorais: ano de eleições é ano de muita obra, anos fora das eleições são anos mitigados e, por vezes, de contenção extrema.*

*Queríamos analisar tanto quanto possível até ao fim do mandato e por tal motivo somos obrigados a comparar o que não é comparável, isto é: comparar o real (Prestação de Contas) com o virtual Orçamento de 2009. Mas, estamos num momento em que o virtual quase se irá confundir com o real e, digo isto, porque sendo este 2009, o Orçamento eleitoral tem uma diferença de 2005. O Orçamento de 2005 era suportado pelas disponibilidades de momento e o Orçamento de 2009 é suportado por empréstimos e endividamentos certos à partida marcando desde logo o futuro calendário pós eleitoral diminuindo, possivelmente, a execução de obras. O calendário de amortização e alívio do serviço de dívida é apontado o ano de 2011, ou seja, no meio do futuro mandato e a previsão aponta para um novo endividamento do Município na altura do novo acto eleitoral. São estes calendários gastos que, embora cumprindo necessidades do concelho e desígnios duvidosos de programas eleitorais apresentados, andam muito mais pela força da captação de votos do que pelas reais necessidades do concelho. Assim aconteceu com a obra do Mercado Municipal do Pinhal Novo (que por força do desajustamento em relação ao seu tempo de execução já se está a transformar num complexo de serviços); assim aconteceu com a obra na Rua 5 de Outubro e com as obras da S.I.M. (Sociedade de Instrução Musical), em Quinta do Anjo; assim aconteceu nas obras de requalificação do Largo de S. João ou de recuperação do edifício do Cine Teatro S. João, em Palmela. E “quase” nada aconteceu nas freguesias de Poceirão e Marateca. Estas freguesias são filhas “quase” esquecidas mesmo nos ciclos eleitorais já que o peso dos seus votos pouco influi. Digo “quase” porque a freguesia de Marateca vai ter um quartel de bombeiros co-financiado pelo Poder Central e pela Autarquia, e o mesmo aconteceu com a empreitada da Escola de 1.º ciclo em Poceirão. E assim acontece um pouco por todo o lado neste manancial de obras que as próximas eleições e o endividamento da Autarquia nos vão*

*servir. A ânsia de apresentar obras e os louros pelas obras realizadas leva mesmo a exageros que não podemos deixar de reparar. Diz-se na apresentação da Prestação de Contas que "(...) a via alternativa à E.N.252 de Pinhal Novo conhecerá por força das nossas intervenções, neste contexto, um avanço relevante (...)". Todos compreendemos que o avanço relevante resulta e bem da necessidade de fazer avançar em simultâneo a Plataforma Logística e os seus acessos. A execução da Plataforma Logística não foi ideia nem produto das intenções ou esforços da Câmara Municipal. Por uma feliz coincidência juntou-se o útil ao agradável e a variante serve Pinhal Novo e a Plataforma Logística. Diz um jornal recém reactivado, depois de entrevistar o executivo, que a nova Escola de 1.º ciclo do Poceirão é feita com os olhos postos nos investimentos que aí vêm para a região e para o previsível fluxo dos seus residentes. Isto quando se sabe que a Escola depois de construída já não vai chegar para o número de alunos para o qual a mesma foi programada.*

*Mas, comecei por dizer que as Prestações de Contas reflectiam os ciclos eleitorais. Por exemplo, analisando os investimentos ao longo do mandato e os seus crescimentos de ano para ano começamos em 2006 com um crescimento negativo de 51,9%; em 2007 com o crescimento de 0%; em 2008 com um crescimento de 79,5% e em 2009 com um crescimento de 129,3% e em todas as rubricas temos crescimentos de investimento que partindo de percentagem nula ou irrisória chega a 2008/2009 com verdadeiros recordes. A título de exemplo nas escolas temos 717% em 2008 e 294% em 2009. Nas instalações desportivas ainda é pior: temos 6.882% em 2008 e 2.504% em 2009 quando, em 2007, tivemos menos 1%. Ao longo deste mandato reclamámos o peso elevado da estrutura e seus encargos. Ao longo deste mandato ouvimos boas intenções de contenção nunca conseguidas. As despesas com pessoal cresceram 4,6% em 2006, 4,9% em 2008 e 8,2% em 2009. Nestas circunstâncias, continuando a crescer o pessoal do quadro e o pessoal contratado, as horas extraordinárias em vez de diminuírem continuam a crescer. Depois do recorde de 1.400.000,00 € no ano eleitoral de 2005 e de uma louvável contenção em 2006, voltámos a ter crescimentos de 17,1% em 2008 e de 5,7% em 2009. Em relação ao ano corrente, de valência eleitoral, temos mesmo fortes dúvidas que a derrapagem não caminhe para o desastre de 2005 tudo isto acompanhado com o absentismo que em 2006 era de 7,37%; em 2007 era de 7,4% e em 2008 foi de 7,24%. Nada melhorou apesar dos contínuos incentivos por parte do executivo que, diga-se de passagem, sempre tenta estimular a parte laboral, apesar da benevolência do executivo em mais de 2 mil dias ano de ausências autorizadas. As comunicações que em 2005 atingiram mais de 800.000,00 € foram profissão de fé na sua contenção por parte do executivo. Depois de um louvável abaixamento de 1,8% em 2006 e de 12,3% em 2007 voltámos à subida de 2,5% em 2008. Propõe-se agora um abaixamento de 27,5% para 2009, o que pensamos absolutamente*

*irrealista. Começámos o mandato reclamando contra os pontos fracos que encontrámos no Orçamento e falávamos de rigor orçamental, mas mesmo depois das boas intenções, continua-se com uma máquina pesada que nem as melhores intenções conseguem alterar. Continuamos com gastos que, embora úteis e necessários, são mais ajustados a ciclos eleitorais do que às necessidades do tempo e do momento. Reclamámos contra a falta de planeamento, mas continuamos com obras que sendo necessárias quando realizadas já estão desajustadas das necessidades e das realidades do momento. As obras na Rua 5 de Outubro estão paradas porque em devido tempo não foi negociada a construção da alternativa eixo Norte/Sul, isto apesar das constantes perguntas e advertências da oposição. As obras no Cine Teatro S. João vão ser levadas a efeito em ano eleitoral e têm de ser interrompidas por causa da Festa das Vindimas, quando este evento decorre em datas que estão devidamente previstas. A obra do Mercado Municipal de Pinhal Novo está atrasada há oito anos, o que contribui para o desajustamento das novas realidades em termos de abastecimento público e agora, por força das circunstâncias, conhecem uma adaptação para complexo de serviços, para o qual desejamos a melhor sorte. Reclamámos também do mau entrosamento com as populações. Continua visível o tratamento diferenciado pela negativa das duas freguesias mais longínquas (Marateca e Poceirão). Continua visível a falta de clareza na vida municipal onde se tenta apresentar só conquistas e realizações, mesmo que elas não sejam ou sejam só parcialmente, para a Autarquia. Continua a apresentação de planos que bons nos princípios acabam por ser mais panfletários do que reais. Por todas estas razões e porque tudo continua no mesmo caminho, apesar de algumas tentativas de melhoras (e aqui assinalamos com agrado o concurso que para a transparência se pode reflectir na publicação em site das actas e orçamentos municipais) continuamos com o mesmo sentido de voto e com a mesma vontade que a mudança realmente aconteça.”*

O **Sr. vereador Octávio Machado** saúda todos os presentes.

O **Sr. vereador Octávio Machado** intervém fazendo a leitura da sua intervenção, a qual se reproduz:

*“Embora se possa considerar uma maior execução orçamental, embora se possa considerar uma melhoria em termos de produtividade, não foi possível ainda atingir os níveis de eficácia, eficiência e produtividade que são possíveis e desejáveis. Embora se reconheça também que esses objectivos foram perseguidos. No fundo são os mesmos defeitos e as mesmas virtudes. Esta é a última Prestação de Contas deste ciclo. Neste documento fala-se na alternativa à E.N.252, de facto, foi a Plataforma Logística o investimento que de alguma maneira contribuiu decisivamente para ultrapassar um dos grandes problemas em termos da mobilidade neste concelho. Acertámos quando no*

*“nosso” programa eleitoral se colocou a Plataforma Logística e a variante à E.N.252, assim como acertámos pelo conhecimento que temos deste concelho. Fica extremamente feliz e satisfeito por ver considerado nesta Prestação de Contas essas melhorias. Contudo, as alterações produzidas não são suficientes em termos da procura por uma maior eficácia e produtividade para que altere a minha posição de voto. Vou manter a abstenção.”*

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** deseja a todos os presentes uma boa tarde.

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** começa por referir que o Sr. vereador José Braz Pinto já fez genericamente a análise das Contas. A sua intervenção vai debruçar-se sobre alguns aspectos mais de pormenor. Assim:

. Trata-se de uma Prestação de Contas que ao nível da receita tem uma assinalada execução, podendo mesmo afirmar-se que foi superior a 100%. Se tivesse havido planeamento a execução não teria ultrapassado os 100%, mas teria sido exactamente de 100%.

. É uma Prestação de Contas que não classificaria como eleitoralista quanto baste, mas de alguma forma um pouco ficcional pelos seguintes factores: em 2008 aumenta o número de trabalhadores, aumenta o número de horas extraordinárias e aumenta o endividamento da Câmara Municipal.

. Cerca de 3 milhões de euros respeitam a projectos financiados ou co-financiados pelo QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional) e POPH (Programa Operacional do Potencial Humano). Faz menção ao Projecto de Qualificação de Atendimento ao Município, à Reengenharia e Desmaterialização dos Processos, ao Plano Municipal de Promoção de Acessibilidades, ao Plano Local de Promoção de Acessibilidades, à Escola Básica do 1.º ciclo e Jardim-de-infância de Val’Flores, à Escola Básica do 1.º ciclo de Pinhal Novo 2, ao Posicionar Palmela na Europa e no mundo, à reconversão da Escola de 1.º ciclo de Lagameças para Jardim-de-Infância, à reconversão da Escola Básica e 1.º ciclo de Lagoa do Calvo para Jardim-de-Infância, à remodelação e ampliação do Jardim-de-infância do Terrim, à Escola Básica integrada no Poceirão e à requalificação da rede escolar do 1.º ciclo do ensino básico e do pré-escolar. Em termos absolutos o valor da Prestação de Contas cresceu significativamente.

. Em 2008 o orçamento municipal foi de 50 milhões de euros. Certamente todos perceberão que a Câmara Municipal de Palmela não tem capacidade, em termos normais, para ter um orçamento de 50 milhões de euros, e muito menos para ter um orçamento de 60 milhões de euros como o é o orçamento de 2009. A Câmara Municipal de Palmela terá sempre um orçamento entre os 42 e os 46 milhões de euros, dependendo da economia do país e dependendo da estrutura das indústrias sedeadas neste concelho.

. Este foi o primeiro ano em que o Município de Palmela está a utilizar cerca de 3.900.000,00 € relativos aos empréstimos bancários contratualizados (no valor total de 14 milhões de euros). Já em 21.Dezembro.2007 se previa que a execução dos empréstimos pudesse ser realizada de forma faseada. Contudo, no ano de 2007 não se utilizaram verbas provenientes dos empréstimos, sendo que no ano de 2008 se utilizaram cerca de 3 milhões de euros e ficaram 10 milhões de euros dos empréstimos bancários para serem utilizados em 2009. É preciso reparar que este é o ano em que decorrem as eleições autárquicas. Em 24.Janeiro.2007 aprovou-se em reunião de Câmara a execução de oito obras a realizar com os primeiros 6 milhões de euros provenientes dos empréstimos. Dessas oito obras apenas se efectuaram três, que passa a enunciar:

- . Ampliação e beneficiação da EB1/JI de Cajados;
- . Execução dos arruamentos e das infra-estruturas no acesso à Escola do Poceirão;
- . Arranjo dos espaços exteriores na Quinta da Cerca, Largo da Encosta do São João, em Palmela.

Em resumo o valor do empréstimo no valor de 6.055.000,00 € não foi ainda totalmente utilizado e as obras a realizar vão recair sobre o ano de 2009. Este facto vai inflacionar o Orçamento de 2009 e vai ser um factor que condiciona a Prestação de Contas 2008. A Câmara Municipal não está a perspectivar aquilo que poderá vir a ter em termos de receita para poder, eventualmente, aplicar em despesas de investimento. Neste momento existe unicamente uma garantia: a sustentabilidade bancária para realizar uma série de obras. O facto de a realização das obras ter sido protelada de 2007 para 2009 acaba por prejudicar as populações. As obras que a Câmara Municipal se propõe realizar com recurso ao crédito bancário vão hipotecar durante quinze anos o seu futuro. Algo se passa para se ter protelado a execução das obras durante todo este tempo.

. Refere-se à intervenção da Sr.<sup>a</sup> presidente em que esta afirma que o ano de 2008 é caracterizado pela conclusão de um conjunto significativo de investimentos. É de opinião que o ano de 2008 é caracterizado pelo início de um conjunto significativo de investimentos.

. Cita a introdução à Prestação de Contas em que se faz menção à Rua 5 de Outubro, em Quinta do Anjo: “(...) foram concretizadas iniciativas importantes, obras de ampliação das redes de saneamento e drenagem (...)”. Não compreende como se pode escrever desta forma em relação à obra da Rua 5 de Outubro, quando na base desta empreitada está uma negociação ineficaz, conforme alerta efectuado pelo Sr. vereador José Braz Pinto em tantas ocasiões. Este processo negocial já se vem arrastando desde 2000.

. Em termos das funções da Câmara Municipal há um aspecto que se tem de ter em linha de conta: o absentismo dos funcionários. Constatam-se 27.000 dias de ausência ao serviço que não estão relacionados nem com as ausências por maternidade e/ou paternidade. Este número de ausências dá 3 dias de falta por funcionário. Nota-se um crescimento nas faltas por motivo de doença prolongada. Na análise das despesas com pessoal há um valor absoluto de 18,3 milhões de euros, o que significa 4,9% de aumento. Como conseguirá a Câmara Municipal manter esta mesma gestão na posse de um orçamento de verbas mais reduzidas?

. A *Aquisição de Bens e Serviços* confronta-se com o facto de não se ter conseguido aplicar o dinheiro que se tinha previsto: estavam previstos 14.700.000,00 € e ficaram realizados 13.282.000,00 €. Cerca de 1,5 milhões de euros não foram aplicados durante o ano de 2008. Pergunta: como é que um ano económico termina com cerca de 4,4 milhões de euros na “gaveta”.

. Em *Bens de Capital* estavam previstos 11.274.000,00 € e só se realizaram 8.800.000,00 €.

. Gostava de ser esclarecido da razão pela qual a Sisa cresceu bastante em 2008.

. Constata-se uma excelente taxa de concretização nos passivos financeiros, ou seja, na actualização dos empréstimos. Esta situação deixa-o de certa forma angustiado.

. Foi elaborado um Inquérito à satisfação dos trabalhadores da Autarquia. Pediu o resultado deste inquérito durante muito tempo e agora percebeu que lhe entregaram a versão abreviada (com 36 páginas). Há uma versão longa com 84 páginas à qual não teve acesso. Leu na Prestação de Contas 2008 que no período em análise foram informatizados 460 questionários, mas através de uma informação adiantada pela Sr.<sup>a</sup> vereadora Adília Candeias tomou conhecimento que são 489 inquéritos. Estranha esta diferença.

. Verifica-se um aumento do rácio da despesa com pessoal versus população. Há uma ligeira alteração em relação a 2007, mas este dado fica muito longe dos valores calculados em 2006. De acordo com o relatório cada munícipe paga em 2008 mais à Câmara Municipal do que pagou em 2007 para ter uma oferta de actividades directa municipal inferior. O custo médio de cada trabalhador da Autarquia cifra-se em 17.455,00 €.

. Mostra-se surpreendido com a afirmação constante na Prestação de Contas em que “(...) foram detectados três novos loteamentos clandestinos em 2008 (...)”. Depois de tanta celeuma levantada em relação aos loteamentos clandestinos e da intervenção muito assertiva do Sr. vereador Adilo Costa, aquando de umas demolições que aconteceram no

decurso deste mandato, parece-lhe completamente irreal que continuem a existir loteamentos clandestinos. Tem de haver uma quota-parte de responsabilidade autárquica.

. No preâmbulo da Prestação de Contas 2008, a Sr.<sup>a</sup> presidente no que respeita à *Promoção turística* menciona que: “(...) o turismo e desenvolvimento local conheceu este ano novos desenvolvimentos com a sua actividade centrada na promoção dos produtos locais, como é o caso do Festival do Queijo, Pão e Vinho e o apoio ao comércio tradicional (...)”. Não aceita que para a promoção turística se tenha orçamentado 66.000,00 € e nem sequer se tenha conseguido empregar a totalidade deste valor, na medida em que só foram gastos 51.383,00 €. A promoção turística é sempre muito valorizada, quer pela Sr.<sup>a</sup> presidente, quer pelos Srs. vereadores José Braz Pinto e Octávio Machado. Insiste no facto de nem sequer ter sido totalmente utilizada a verba destinada a esta rubrica.

. Os Planos de Pormenor continuam todos parados, mas agora há a “desculpa” da questão do novo Aeroporto.

. Em relação à modernização dos serviços tem a tecer o seguinte reparo:

. Vive num Município que tem conquistado uma série de bandeiras e prémios que vão desde as acessibilidades à modernização administrativa, mas enquanto munícipe deste concelho, recebe em casa uma carta enviada pela Câmara Municipal informando-o de que em virtude de lhe ter sido cobrado dinheiro a mais em relação à água tem a haver dinheiro e, por isso, deve deslocar-se aos serviços para restituição da verba cobrada indevidamente. Parece-lhe que esta questão podia ser facilmente resolvida se na factura a emitir fosse subtraído o valor da restituição que cabe ao munícipe e, assim, evitar-se a deslocação deste aos serviços da Autarquia. É assim que funciona em todas as empresas sempre que há lugar a restituições de verbas.

. Constata que o Auditório Municipal do Pinhal Novo ofereceu 147 sessões em 2008 para as quais conseguiu um total de 2.598 presenças, o que dá uma média de 17 pessoas por sessão. Algo não está bem. Teve ocasião de, durante o ano de 2008, alertar para esta situação e chamar a atenção para a necessidade de adopção de medidas. O Sr. vereador Adilo Costa sempre respondeu com a afirmação de que a questão está a ser equacionada, mas na verdade não tem visto nenhuma concretização a este nível. Faz votos para que no ano de 2009 haja uma oferta cultural que permita uma melhor rentabilidade do Auditório Municipal do Pinhal Novo.

**A Sr.<sup>a</sup> vereadora Adília Candeias** cumprimenta todos os presentes.

A **Sr.<sup>a</sup> vereadora Adília Candeias** refere-se à intervenção efectuada pelos Srs. vereadores José Braz Pinto e José Carlos de Sousa relativamente às questões do Pessoal. Acrescenta que quem ouve os seus discursos fica com a ideia que têm vindo a subir substancialmente o número de trabalhadores quando, afinal, isso não corresponde à verdade. Em 2003, a Câmara Municipal de Palmela tinha 1.000 trabalhadores, em 2004 eram 1.013 trabalhadores, em 2005 eram 1.055 trabalhadores, em 2007 eram 1.009 trabalhadores e em 2008 eram 1.049 trabalhadores. Realça que desde 2003 até à presente data foram cometidas às Autarquias novas e enormes responsabilidades que vão desde as que eram desempenhadas pelo Governo Civil à Educação. É necessário adquirir cada vez mais conhecimentos e, conseqüentemente, colocar mais trabalhadores ao serviço dos Recursos Humanos para melhor responder à organização. Todas estas matérias são questões complexas e levam ao aumento do número de trabalhadores. É preciso mesmo continuar a aumentar o número de trabalhadores para responder às novas atribuições e competências que têm vindo a ser aprovadas para as Câmaras Municipais. São muitas as situações em que as actividades são desenvolvidas em parceria e não directamente pela Câmara Municipal, mas nas quais estão presentes trabalhadores da Autarquia.

Relativamente ao inquérito “satisfação dos trabalhadores da Câmara Municipal foi entregue ao Sr. vereador José Carlos de Sousa a versão abreviada, mas se o Sr. vereador assim o entender poder-se-á entregar a versão integral.

Acrescenta que as verbas destinadas ao pagamento do Pessoal aumentaram, na medida em que as pessoas são aumentadas. Sabe que existem propostas que visam diminuir as verbas dos vencimentos. A lei laboral é muito má. Os trabalhadores devem ser aumentados, pelo menos, de acordo com o que o Governo estipula para a função pública.

Relativamente às horas extraordinárias, a **Sr.<sup>a</sup> vereadora Adília Candeias** adianta que é preciso continuar a fazer horas extraordinárias considerando o facto de os trabalhadores serem insuficientes para o número de actividades que são desenvolvidas.

Em relação aos ciclos eleitorais e às despesas que ocorrem com maior incidência no último ano de mandato, tem a afirmar que é normal que nos primeiros anos dos mandatos autárquicos sejam projectadas as obras e que nos últimos anos as mesmas sejam concretizadas. Referindo-se à intervenção do Sr. vereador José Braz Pinto, a **Sr.<sup>a</sup> vereadora Adília Candeias** refere que não é correcto mencionar-se que nada tenha acontecido em Poceirão e Marateca nestes últimos tempos. Recorda que para além da Escola de 1.º ciclo do Poceirão, existe uma escola no Poceirão de 1.º ciclo que tem espaço para duas salas de aula e 50 crianças. Actualmente existem 240 crianças para a



escola que agora se vai realizar e existe mais uma Escola que tem todas as condições onde vão caber mais 50 crianças. Essa Escola continua em rede, de acordo com o que tem vindo a ser afirmado.

Em relação ao planeamento que tem vindo a ser feito no âmbito da Carta Educativa, menciona que relativamente às Escolas em Marateca, para além do Quartel dos Bombeiros de Águas de Moura que traz de volta à comunidade um equipamento novo, aconteceu neste mandato a obra de remodelação da Escola de Águas de Moura (que permite que as crianças hoje almoçam na escola), a obra do alargamento e requalificação da Escola de Cajados (com mais oferta pré-escolar) e a obra de requalificação da Escola de Fonte Barreira. No âmbito da Área Social a Câmara Municipal de Palmela disponibilizou terrenos para os Idosos de Águas de Moura. A Câmara Municipal presta apoio às instituições do concelho na elaboração dos concursos públicos dos projectos de candidaturas a fundos comunitários, quer sejam projectos para idosos, crianças ou crianças deficientes. Em Poceirão aconteceu que para além da Escola 2+3 de Marateca / Poceirão (executada pelo Ministério da Educação), a Câmara Municipal levou à prática as obras de drenagem e requalificação do logradouro da Lagoa do Calvo e a requalificação da Escola de Lagameças. Tratam-se de investimentos para os futuros Jardins-de-infância. A Câmara Municipal foi ainda responsável pela execução dos arranjos exteriores na Escola 2+3 de Marateca / Poceirão. Tem muito orgulho em afirmar que com todos estes equipamentos a funcionar as Escolas de Marateca e Poceirão vão ficar a funcionar em regime normal e os Jardins-de-infância são suficientes para o número de crianças a servir. As freguesias de Marateca e Poceirão são as primeiras freguesias a ficarem munidas destes equipamentos que são considerados essenciais para o desenvolvimento das crianças. Têm acontecido iniciativas desportivas e culturais que têm acompanhado as outras freguesias do concelho, e são com estas diferenças de números, mas não com diferenças de ideais que a Câmara Municipal trata a sua população. De acordo com os ideais do Sr. vereador José Braz Pinto a Câmara Municipal teria de considerar para as duas freguesias rurais (Marateca e Poceirão) projectos e acções excepcionais. Se fosse de acordo com os ideias o seu Partido Político (P.S.) no Governo ao longo de mais de 20 anos, neste período histórico depois do 25 de Abril, devia ter feito com que a Agricultura não fosse hoje aquilo que é. Na verdade tem sido a Câmara Municipal de Palmela que tem contribuído muito para a riqueza da agricultura e para a valorização dos produtos locais.

O **Sr. vereador Adilo Costa** deseja muito boa tarde a todos os presentes na sala.

O **Sr. vereador Adilo Costa** começa por referir que a maioria na gestão da Câmara Municipal de Palmela não tem por hábito desculpar-se com aquilo que na política portuguesa se faz. A ser assim, a Sr.<sup>a</sup> presidente teria começado o seu discurso dizendo

“Atendendo à actual crise...”. Muito pelo contrário, a Sr.<sup>a</sup> presidente fez uma intervenção com esperança no futuro, denotando uma grande confiança e é essa confiança que, contrariando algumas marés, querem dar aos munícipes.

Mais refere que não considera estas Contas eleitoralista, até porque estas respeitam a 2008 e não ao do último ano de mandato autárquico.

O **Sr. vereador Adilo Costa** insiste no facto de, no ano de 2008, se terem realizado muitas obras, das quais destaca algumas:

- . Ampliação da EB1 do Bairro Alentejano;
- . Empreitadas várias em Cabanas e em Quinta do Anjo;
- . Ampliação e a beneficiação da EB1 de Cajados;
- . Obra na EB1 de Lagameças;
- . Obra na EB1 de Brejos do Assa;
- . Infra-estruturas na Rua 5 de Outubro, em Quinta do Anjo (esta obra teve de ser interrompida durante um período de tempo, mas vai ser terminada);
- . Obra dos sistemas de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais em Fonte Barreira e Fernando Pó;
- . Execução de infra-estruturas na Rua Direita, em Marateca e na Rua António Albino, em Poceirão;
- . Intervenção na Rua José Gaspar da Silva, em Poceirão;
- . Iluminação da Praça da Independência;
- . Obra na Rua da Escola da Palhota e no Aceiro Novo;
- . Reforço do sistema de abastecimento de água a Palmela - 2.<sup>a</sup> parte;
- . Reforço do abastecimento de água à Aldeia Nova da Aroeira – Poceirão;
- . Arranjo dos espaços exteriores da Quinta da Cerca e Largo de S. João, em Palmela;
- . Execução da rotunda nas portagens da A2 com a E.N.252, na Volta da Pedra;
- . Obras da SIMARSUL na Marateca;
- . Obra da estação elevatória de Águas de Moura 2;
- . Execução dos sistemas de drenagem no subsistema da Lagoinha e Pinhal Novo;

- . Construção do Mercado Municipal do Pinhal Novo;
- . Postos de atendimento de Palmela e de Pinhal Novo;
- . Construção de ossários no cemitério de Palmela;
- . Julgado de Paz de Palmela.

Menciona que contrariando a afirmação proferida pelo Sr. vereador José Braz Pinto se está perante uma Conta real que de modo nenhum se trata de um “Orçamento virtual”. As obras que antes enumerou foram concretizadas. Nos anos de 2006 e de 2007 realizaram-se muitas empreitadas de execução de infra-estruturas e, como são obras “enterradas” que não ressaltam à vista, as pessoas facilmente se esquecem delas.

O **Sr. vereador Adilo Costa** aponta a página 264 da Prestação de Contas e cita: “(*...*) *verifica-se no ano de 2008 a maior taxa de execução da despesa desde o ano de 2000 (...)*”. Todos os índices são favoráveis a uma boa Prestação de Contas.

Acrescenta que o custo médio de cada trabalhador foi em 2008 de 17.455,00 €, conforme referido pelo Sr. vereador da oposição, mas basta reparar que não se ultrapassou o já registado em 2007. Observa que o concelho de Palmela tem uma área de 462 Km<sup>2</sup>. O número de trabalhadores tem de aumentar necessariamente até por via das novas competências que são cometidas às Câmaras Municipais. A população aumentou bastante. O investimento municipal também aumentou.

Mais refere que a eficiência passou de 45,9% para 50,2%. A produtividade da Câmara Municipal aumentou em 2008 e baixou relativamente às despesas com pessoal, o que significa que se atingiram níveis bastante importantes.

Em relação às obras que vão ser executadas com recurso a empréstimos bancários está feito o devido encaminhamento para a sua execução. São elas: Escola de Val'Flores; Infra-estruturas da Rua 5 de Outubro, em Quinta do Anjo; Drenagem de Brejos do Assa; Reforço do abastecimento de água ao Pinhal Novo; Recuperação do edifício do Cine-Teatro S. João, em Palmela; Pavimentação da Rua da Escola da Palhota e Aceiro Novo e Pavimentação da Travessa Luís de Camões.

Finaliza dizendo que a Câmara Municipal, durante o ano em curso, vai substituir-se aos promotores para levar à prática a execução de obras em loteamentos em Pinhal Novo por força do accionamento das garantias bancárias.

A **Sr.ª presidente** refere ser bastante oportuna a leitura que o Sr. vereador José Carlos de Sousa fez em relação à situação dos clandestinos. Partilha inteiramente da opinião que é inadmissível o surgimento de novos loteamentos clandestinos. A maioria na gestão está exactamente do mesmo lado dos Srs. vereadores da oposição em relação a esta matéria.

Não é culpa da Câmara Municipal este tipo de situações. Já a reivindicação para execução da alternativa à E.N.252 não é da responsabilidade da Câmara, segundo a leitura efectuada pelo Sr. vereador, mas considera que esta é uma leitura um pouco truculenta do documento em apreço, assim como da actividade da Câmara Municipal. Não há Plataforma Logística que reivindique para si a variante à E.N. 252. A Plataforma Logística só precisa de uma ligação directa à auto-estrada. A variante à E.N. 252 não é uma bandeira política, é sim uma bandeira das populações. Estas reclamam a execução da variante à E.N. 252, assim como reclamam a execução da variante à E.N.379. A maioria em exercício na Câmara Municipal de Palmela debateu-se pela concretização deste objectivo e apresentou argumentos, inclusivamente técnicos, para ver aprovada a decisão de execução da variante à E.N. 252. É uma realidade que a partir do momento em que foi individualizado o troço com portagens Palmela/Setúbal se verificou imediatamente o aumento do tráfego na saída da Volta da Pedra. É essencial que existam estradas que permitam a circulação do trânsito em alternativa às auto-estradas. A única exigência feita pelos responsáveis da Plataforma Logística ao Estado Português foi um nó de abertura para poder entrar directamente na auto-estrada, A Câmara Municipal de Palmela foi quem exigiu e reivindicou a construção da variante à E.N. 252, afirmando não poder haver Plataforma Logística sem uma variante. É evidente que quando for inaugurada a obra se vai sublinhar que o Governo investiu, através da E.P. (Estradas de Portugal), na execução da variante à E.N. 252. Opina que se pode fazer a leitura que se quiser, mas é preciso ser coerente. Se a Câmara Municipal de Palmela não tivesse feito a exposição que fez, não se teria conseguido a aprovação para execução desta variante, e a Plataforma Logística ficava ligada directamente à auto-estrada. Afirma-o com toda a certeza.

Mais refere que relativamente aos loteamentos clandestinos estão todos de acordo. É um facto que eles existem e têm de ser “combatidos”. Aproveita para acrescentar que a Câmara Municipal foi um pouco excessiva em relação à Conservatória do Registo Predial, na medida em que esta entidade tinha de pedir o parecer da Autarquia sobre a realização de um determinado negócio, justamente porque a Câmara Municipal procura por todos os meios ter conhecimento *à priori* da possível existência de indícios do surgimento de loteamentos clandestinos. A Câmara Municipal está “atentíssima” a este tema e tudo procura fazer *à priori* para prevenir que ele aconteça. Tal como o Sr. vereador José Carlos de Sousa, também considera irreal que isto ainda aconteça na Grande Área Metropolitana de Lisboa, mas existe algo que permite que estas situações aconteçam.

Refere-se à intervenção do Sr. vereador José Carlos de Sousa sobre a restituição de verbas aos municípios e à necessidade da deslocação destes aos serviços. Certamente que se vai chegar à situação de fazer a devolução das verbas evitando a deslocação das

peessoas aos serviços camarários. Repare-se que se por um lado as pessoas têm de se deslocar aos serviços para este fim, também é verdade que a Câmara Municipal vai atender as pessoas aos seus locais, na medida em que ela própria e os Srs. vereadores com pelouros e responsabilidades vão atender os munícipes ao Poceirão e à Marateca, por exemplo, para além de que reúnem com as Comissões de Moradores nos locais onde elas existem e isto é efectuado em cada uma das freguesias do concelho.

Aproveita para esclarecer a ideia de que o Mercado Municipal de Pinhal Novo agora passou a ser um Complexo de Serviços. Desde as primeiras reuniões efectuadas com a empresa DecoEco que o conceito da Câmara Municipal era o conceito de que este equipamento tinha de ser sustentável. Na fase de projecto houve desenhos que passaram por restaurantes e lojas. Pretendeu-se apostar naquilo que o Pinhal Novo tem falta e que são serviços. Exista uma área definida para uma futura Loja de Cidadão de Pinhal Novo, mas este dado não consta do relatório. A maioria na gestão distingue o trabalho político da concretização rigorosa do que é feito pelos serviços camarários, e pelos serviços está contratualizada a instalação de uma loja dos CTT, bem como o Centro de Juventude. Paralelamente e politicamente a Câmara Municipal debate-se e vai continuar a trabalhar no projecto para instalação de uma Loja do Cidadão.

Sobre a questão concreta do aumento do custo da estrutura da Câmara Municipal, a **Sr.ª presidente** menciona que este exercício teve uma característica interessante e que passa a expor:

- . Passaram a ser mais 40 trabalhadores do que em 2007, com mais umas tantas funções que entretanto foram assumidas.
- . As despesas com Pessoal distribuem-se da seguinte maneira: mais de 500.000,00 € são remunerações e estas remunerações não são todas resultantes do aumento da tabela salarial. Estas remunerações são resultantes dos processos de reclassificação e de reposicionamento que a Câmara Municipal se esforçou por fazer e que envolveu mais de 300 trabalhadores. Este é o grande “peso” do aumento dos encargos com Pessoal.
- . Verifica-se que 123.000,00 € respeitam ao trabalho extraordinário e 117.000,00 € destinaram-se ao pagamento à Segurança Social e a mais alguns encargos que aumentaram.
- . Quanto ao trabalho extraordinário, a que os Srs. vereadores da oposição dão tão grande enfoque, importa sublinhar que o aumento dos custos com Pessoal, durante o ano de 2008, se situa essencialmente nas remunerações provocadas pela reclassificação e reposicionamento dos trabalhadores que estavam em condições de

ascender e não do trabalho extraordinário. A Câmara Municipal procurou tratar os seus trabalhadores de acordo com as regras que são menos penalizadoras para estes no actual quadro legal. Este é um dado muito importante.

. Outra área importante em que é feita despesa é a área da *Educação*. Importa realçar que o crescimento de pessoal se deve em grande medida à necessidade de preencher lugares neste capítulo. Em 2003 existiam 6 ou 7 salas de Jardins-de-infância e actualmente existem 22 salas. Por cada Jardim-de-infância a Autarquia é obrigada a colocar um(a) auxiliar. A Câmara Municipal não anda a recrutar trabalhadores para trabalharem em regime precário. Se as pessoas servem a Autarquia ficam a fazer parte do Quadro. Foi também necessário aumentar o pessoal que presta apoio às refeições que são fornecidas às crianças. Da observação à Prestação de Contas 2008 ressalta que no âmbito do Programa de Alimentação Escolar entre Janeiro a Junho do ano lectivo 2007/2008 estavam 422 crianças no pré-escolar e entre Setembro a Dezembro do ano lectivo de 2008/2009 passaram a ser 486 crianças no pré-escolar. Passaram a ser mais 64 crianças de um ano lectivo para o outro. No que respeita ao 1.º ciclo, a primeira parte do ano civil (ano lectivo 2007/2008) tem 1.517 crianças e de Setembro a Dezembro (ano lectivo 2008/2009) passam a ser 1.838 crianças, ou seja, são mais 321 alunos do 1.º ciclo abrangidos pelo Programa de Alimentação Escolar. Isto significa que só na Escola José Afonso de Pinhal Novo, na primeira parte do ano lectivo 2007/2008, eram servidas cerca de 160 refeições e no ano lectivo seguinte, no período de Setembro a Dezembro, passaram a ser servidas 300 refeições. É praticamente o dobro. No caso do pré-escolar aumentou o número de salas e automaticamente é necessário servir mais alunos. Outra questão é: fazendo-se prova da dificuldade económica das famílias, as crianças têm direito a que a sua refeição seja completamente custeada pela Câmara Municipal. E, este custo, tem uma expressão significativa, que representa no orçamento em apreço mais de 500.000,00 € despendidos com o Programa de Alimentação Escolar.

A **Sr.ª presidente** conclui referindo-se a um rácio de carácter mais geral e importante: mais de 70% da despesa afecta às GOP (Grandes Opções do Plano) diz respeito ao P.P.I. (Plano Plurianual de Investimentos), ou seja, em investimento absoluto na qualidade de vida das pessoas, quer seja em obras de infra-estruturas, quer seja na oferta de equipamentos colocados à disposição da população. Sublinha que o “grosso” da receita da Câmara Municipal continua a ser para investir na qualidade de vida das pessoas e regozija-se por isso. Esta é uma realidade incontornável, mas que, infelizmente, não é a realidade da maior parte das Autarquias.

O **Sr. vereador José Braz Pinto** refere que não está interessado em alimentar uma polémica que os levaria a uma longa discussão e que, muito provavelmente, nem seria muito esclarecedora, na medida em que cada um ficaria com as suas posições. As posições dos vereadores do P.S. não são conciliáveis com as do executivo camarário da C.D.U. relativamente ao documento em apreço.

O **Sr. vereador José Braz Pinto** efectua a seguinte intervenção:

. Em relação aos investimentos de apoio à Terceira Idade pressupõe que a Câmara Municipal vai ajudar nos respectivos projectos.

. Sobre os loteamentos clandestinos tem a afirmar que da parte do partido político que representa (Partido Socialista) existe uma grande vontade, assim ela seja acompanhada pelos demais partidos, de fazer uma Lei de Solos para resolver esta questão. Esta matéria não é de trato fácil, porque há interesses contraditórios e exactamente por isso é que existe uma Assembleia com representantes de todas as correntes de opinião e com representantes de todos os interesses instalados na sociedade. Em democracia é preciso conciliar tanto quanto possível o interesse de todas as pessoas. Os loteamentos clandestinos começam com a divisão clandestina do terreno, mas depois a situação agudiza-se com a construção sobre o terreno e é aí que a Câmara Municipal tem de empregar uma acção fiscalizadora acompanhada de elaboração de autos de embargo.

. Relativamente ao Mercado Municipal de Pinhal Novo a questão é a mesma que se prendeu com o Mercado Municipal de Palmela: efectivamente o paradigma do consumo alterou-se totalmente nestes últimos oito anos. Nessa altura, o Pinhal Novo não tinha tantas superfícies comerciais como as que tem hoje. Insiste num assunto que já tem apresentado: houve atraso na construção do Mercado Municipal de Pinhal Novo. Esta obra foi protelada durante vários anos.

. Em relação ao Pessoal, a Sr.<sup>a</sup> presidente mencionou que a Câmara Municipal não iria contratar pessoas em regime de precariedade, mas o problema é que o pessoal contratado a prazo continua com as mesmas verbas, havendo inclusivamente um aumento das mesmas. Esta situação arrasta-se desde 2006.

A **Sr.<sup>a</sup> presidente** refere que o ano em curso é o último do mandato autárquico e esta é a última Prestação de Contas a ser aprovada por este executivo, mas o Sr. vereador José Braz Pinto utiliza sistematicamente a mesma lógica: ela própria fez a apresentação do documento em apreciação e o Sr. vereador contestou e fez a sua apresentação tendo colocado uma série de questões. As questões foram respondidas e o Sr. vereador continua a dizer que não concorda consigo. Não tem muito sentido que continue a pedir a

palavra para dizer que não concorda. Já se for para o Sr. vereador colocar novas questões ou para introduzir outra óptica de discussão tem naturalmente todo o sentido voltar a fazer uso da palavra.

O **Sr. vereador José Braz Pinto** refere que terá certamente outros minutos em outros espaços para usar da palavra.

A **Sr.ª presidente** refere que o Sr. vereador José Braz Pinto introduziu uma nova questão quanto aos trabalhadores contratados. Não deve haver muitas Câmaras Municipais no país que tenham feito o esforço que a Câmara Municipal de Palmela fez para passar os trabalhadores que fazem parte das funções efectivas para o Quadro de Pessoal. É evidente que vai continuar a haver trabalhadores em situação de contratados a prazo. Caso continuem a evoluir positivamente no seu desempenho eles passarão para o Quadro de Pessoal da Câmara Municipal. Neste capítulo a Autarquia de Palmela não aceita lições de ninguém.

**Submetida a proposta de *Prestação de Contas 2008* a votação, foi a mesma aprovada, por maioria e em minuta, com o voto contra dos Srs. vereadores José Braz Pinto e José Carlos de Sousa, e a abstenção do Sr. vereador Octávio Machado.**

## **II – DEPARTAMENTO DE CULTURA E DESPORTO**

### **DIVISÃO DE DESPORTO:**

Pelo **Sr. vereador Adilo Costa** foi apresentada a seguinte proposta:

#### **PONTO 2 – Relatório e Contas de 2008 – Palmela Desporto, E.M..**

##### **PROPOSTA N.º 1/DCD-DD/07-2009:**

«No cumprimento da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro e dos Estatutos da Palmela Desporto, EM, esta empresa municipal aprovou os seus documentos de prestação de contas relativos ao ano 2008, os quais se apresentam à apreciação da Câmara Municipal.

Os documentos que se apresentam reflectem a actividade e o movimento financeiro da empresa no ano em apreciação.

Os resultados obtidos inserem-se numa linha de actuação que se tem vindo a desenvolver e que se orientam na diminuição da dependência da empresa relativamente à Câmara Municipal.



Assim, e tendo em consideração o parecer positivo do Fiscal Único, **propõe-se** ao abrigo do disposto na alínea d), do n.º 7, do Artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a aprovação dos documentos de prestação de contas, relativos ao exercício de 2008, da Palmela Desporto, EM, constituídos pelo balanço; demonstrações de resultados; anexos ao balanço e demonstração de resultados; demonstração de fluxos de caixa; relatório do Conselho de Administração e proposta de aplicação dos resultados; execução anual do plano plurianual de investimentos; parecer do fiscal único e certificação legal de contas.»

**Sobre a proposta de *Relatório e Contas de 2008 – Palmela Desporto, E.M.* numerada 1/DCD-DD/07-2009 intervieram:**

O **Sr. vereador Adilo Costa** refere que se mantêm os objectivos do Plano de Actividades:

- Promoção do desenvolvimento desportivo;
- Desenvolvimento de actividades complementares com determinadas condições de prática;
- Desenvolvimento organizacional.

O **Sr. vereador Adilo Costa** continua a sua intervenção nos seguintes termos:

. Em matéria de execução orçamental e usando de uma análise global a previsão era de 1,6 milhões de euros e foi executado aproximadamente o mesmo valor. Há um desvio de menos 2,33%.

. Em relação aos custos havia uma previsão de 1,6 milhões de euros e a execução foi de 1,627 mil euros. Há um aumento de 0,43%.

. Em relação aos proveitos próprios de 1,06 milhões de euros é menos 2,5% do que aquilo que foi previsto. Há um resultado líquido negativo de 27.410,00 €. Pode afirmar que os resultados globais foram positivos.

. Na análise por centro de custo verifica-se que a Piscina Municipal do Pinhal Novo continua a ser o maior centro de proveitos. Houve um aumento de cerca de 20,13%. A Piscina Municipal de Palmela mantém-se com resultados iguais a 2007. O Pavilhão Municipal de Pinhal Novo tem um aumento de 11,7% nos proveitos e 17,8% nos custos. O Complexo Desportivo aumenta 20,19% nos proveitos e reduz 4,2% nos custos.

. Quanto aos recursos humanos mantém-se o mesmo número de funcionários.

. Não há grandes alterações em relação à média de utilização dos equipamentos. Esta situação é muito similar a 2007.

. Quanto ao subsídio de exploração há uma redução, o que já se vinha a operar em 2007. O subsídio à exploração passa de 569.929,00 € para 498.798,00 €. Este subsídio não representa mais do que 31% do orçamento da Palmela Desporto, E.M.. Desconhece por quanto tempo mais se poderá continuar a ter este tipo de redução relativamente ao subsídio de exploração.

. É de realçar a evolução dos proveitos próprios e a autonomia da Palmela Desporto, E.M..

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** refere que neste mandato autárquico esta será a última vez que se vão debruçar sobre a Palmela Desporto, E.M..

Menciona que gostava deixar uma ressalva em relação à Palmela Desporto, E.M.: não há nenhum tipo de animosidade pessoal. Há claramente uma diferença de conceitos em relação à forma de gerir, à forma de estar e à forma de como se executa. O Sr. vereador Adilo Costa tem sempre este condão de expressar que os resultados são positivos, enquanto que ele próprio afirma que não é assim.

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** cita a sua intervenção efectuada na reunião de Câmara de 26.Novembro.2008: *“(...) das nove grandes intervenções que a Palmela Desporto, E.M., se propõe realizar para 2009, cinco delas já estavam previstas para terem sido executadas em 2008: aquisição de unidade de tratamento de ar, renovação das janelas e locais de bancada, aquisição de sistema de leitura de cloro em PPM, revestimento de tanques em compensação de azulejo, e correcção do sistema de drenagem no relvado do complexo (...)”*.

Mais refere que a sua análise ao Relatório e Contas foi feita com o objectivo de observar aquilo que de 2005 até esta data tem sido executado. No plano de actividades da Palmela Desporto, E.M., relativo aos anos 2005/2006 mencionava-se: *“(...) a possibilidade de opção de uma política de marketing mais apetecida, visando a diversificação e a obtenção de outras fontes de receita por esta via e a angariação dos patrocínios em princípio será mais fácil (...)”*. Este foi também um dos objectivos que tem ficado aquém daquilo que tinha sido previsto.

Menciona que o ano em apreciação apresenta um resultado negativo de 27.410,00 €, mas mais preocupante do que este resultado negativo é o facto de o Fiscal Único (cujos relatórios lê sempre com muita atenção) se mostrar muito preocupado com a crise. Cita o parecer do Fiscal Único *“(...) sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior em resultado do trabalho efectuado em eventos subsequentes, chamo a atenção para o facto de o número de utentes ter decrescido nos primeiros dois meses de 2009, tendência que se vinha manifestando no último trimestre de 2008 (...)”*. O Sr. Lino Correia, Revisor Oficial

de Contas, faz exactamente o mesmo reparo. Não lhe parece coerente que numa apreciação de um relatório relativo a 2008 se faça esta observação.

Constata que os proveitos não atingiram aquilo que estava perspectivado, ficando 2,5% aquém. Os custos totais cresceram pouco. Refere-se à questão dos preços sociais praticados pela Empresa Municipal. O subsídio directo da Câmara Municipal que tem vindo a ser reduzido vai ser difícil de se manter, tal como o referiu o Sr. vereador Adilo Costa.

Verifica, igualmente, que as acções executadas relativas ao plano de actividades ficaram 50% abaixo do previsto. De acordo com o relatório que leu pode-se aferir que a execução plurianual de investimentos para 2008 ficou muito abaixo do previsto, tendo-se realizado algumas acções que não estavam programadas, mas na verdade deixaram por se realizar muitas mais. Houve um prejuízo superior a 21.000,00 €. Acredita que nestas circunstâncias dificilmente se teriam mais possibilidades de investimento. O que é facto é que nesta execução do Plano Plurianual de Investimentos (P.P.I.) fica por fazer um manancial de acções (cerca de 40% em relação àquilo que estava previsto).

Observa que o Complexo Desportivo de Palmela continua muito aquém daquilo que eventualmente poderia ser a sua utilização. A Piscina Municipal do Pinhal Novo continua a ser o grande sustentáculo da Palmela Desporto, E.M.. A utilização da Piscina Municipal de Palmela apresenta um decréscimo significativo, o que pode estar relacionado com as próprias condições da Piscina.

Acrescenta que no decurso deste mandato não se conseguiu vislumbrar um aspecto que merecesse da parte dos vereadores da oposição um reparo positivo. No cômputo geral as questões que a Palmela Desporto, E.M., conseguiu implementar nos equipamentos que gere não trouxeram praticamente nada de novo.

Menciona que relativamente ao plano de formação apenas foi realizada uma acção de formação.

Cita uma expressão do Relatório e Contas em relação aos quatro equipamentos desportivos geridos pela Palmela Desporto, E.M.: *“(...) mantiveram, sensivelmente, em 2008 o número de utentes e o número de horas de utilização os equipamentos e serviços em comparação com o exercício anterior (...)”*. Afirma que não houve crescimento no que respeita à utilização dos equipamentos.

Observa ainda que estava prevista em P.P.I um total de 114.716,00 € para o exercício de 2008 e foi executado um total de 68.163,00 € - a execução foi de 59,42% -. A taxa de execução no período homólogo anterior foi de 44%. Verifica-se, portanto, um crescimento. Compara a taxa de execução do P.P.I. entre a Câmara Municipal de Palmela e a Palmela Desporto, E.M., em que a Câmara Municipal apresenta uma execução de 100,2% e a

Palmela Desporto é de 59,4%. Embora sejam patamares diferentes, é de opinião que devia haver a obrigação de exigir um pouco mais da rentabilidade e da oferta da Palmela Desporto, E.M..

Conclui dizendo que uma análise global ao Relatório e Contas 2008 é suficiente para levar os vereadores do P.S. a votar contra.

O **Sr. vereador Octávio Machado** refere que a cada dia que passa é mais evidente a necessidade de encontrar uma solução para o Campo de Futebol Municipal. A situação é cada vez mais gravosa, porque este equipamento não responde às necessidades. Verifica-se que os 300 jovens do Palmelense Futebol Clube têm de se deslocar à Quinta do Anjo para exercer parte da sua actividade. O terreno do Campo de Futebol mostra-se em estado de degradação e aproxima-se o seu prazo de validade. Apesar da crise este equipamento tem de continuar a existir. A sua divergência reside fundamentalmente neste ponto.

O **Sr. vereador Adilo Costa** refere que este tema da Palmela Desporto, E.M., não é “tabu” para a Câmara Municipal de Palmela. A evolução dos anos mostra que se poderão e deverão apreciar várias questões, entre as quais, a questão várias vezes apresentada pelo Sr. vereador Octávio Machado em relação ao Campo de Futebol e ao facto de este não poder ser tido como um Complexo Desportivo. Esta e outras questões devem ser equacionadas em tempo próprio.

Acrescenta que considera injusto que se inicie o discurso com uma reserva mental em relação à Palmela Desporto, E.M., até porque é extraordinariamente injusto para o resultado do trabalho que aqui é apresentado pela equipa chefiada pelo Sr. Serra da Graça e pelo trabalho de um ano feito pelos trabalhadores da Palmela Desporto, E.M.. Realça que muito foi feito com pouco dinheiro. Considera que se podem comparar os resultados da Palmela Desporto com o de outras Empresas Municipais. Numa comparação deste género poder-se-á verificar, nomeadamente, em sede de prejuízos, que os resultados são completamente diferentes.

Acrescenta que existem no concelho, geridos pela Palmela Desporto, equipamentos com mais de dez anos. Pergunta: será responsabilidade da Palmela Desporto, E.M., rever esses equipamentos ou será esta uma responsabilidade da Câmara Municipal. Este é um assunto que terá de ser discutido.

Em relação ao investimento efectuado pela Palmela Desporto, o **Sr. vereador Adilo Costa** salienta que foi efectuada a aquisição de equipamento informático, assim como de equipamento para o ginásio, instalou-se a secretaria da Piscina Municipal de Palmela, reparou-se a rede de águas do Pavilhão Desportivo, adquiriu-se um robô de aspiração

automática, colocaram-se torneiras e fluxómetros para os duches, arranjou-se a caldeira para a Piscina Municipal de Pinhal Novo e foram realizadas as pinturas anuais.

Menciona ainda que no Pinhal Novo abriram ao público quatro ginásios.

Em seguida, o **Sr. vereador Adilo Costa** dá a palavra ao Sr. presidente do Conselho de Administração da Palmela Desporto para que intervenha no âmbito do Relatório e Contas 2008.

O **Sr. vereador José Carlos de Sousa** refere que já no ano passado alertou em relação aos proveitos e ganhos extraordinários e à previsão e execução dos mesmos. Não compreende o cálculo efectuado.

A solicitação da **Sr.ª presidente** volta a intervir o Sr. presidente do Conselho de Administração da Palmela Desporto, E.M., para prestar os esclarecimentos necessários.

**Submetida a proposta de Relatório e Contas de 2008 – Palmela Desporto, E.M., a votação, foi a mesma aprovada, por maioria e em minuta, com o voto contra dos Srs. vereadores José Braz Pinto, José Carlos de Sousa e Octávio Machado.**

### **III – ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**

Cerca das dezassete horas e cinquenta minutos, a **Sr.ª presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta, que eu, *José Manuel Monteiro*, director do Departamento de Administração e Finanças, redigi e também assino.

A presidente

*Ana Teresa Vicente Custódio de Sá*

O director do Departamento

*José Manuel Monteiro*